



Comunicação e Educação: desafios e oportunidades para a escola na sociedade midiaticizada

Márcia Correa e Castro¹

Comunicação e educação são processos inseparáveis e responsáveis pelos fluxos e pela produção de conhecimento nas sociedades humanas. É impossível educar sem comunicação, como é impossível pensar as ações de comunicação de todo despidas de uma intencionalidade educativa. Como instrumentos, meios de conhecimento, os dois campos são multidisciplinares e podem manipular ou libertar, com a mesma eficácia. Existem muitas “educações”, como são múltiplas as formas de comunicação.

Hoje as relações entre as duas áreas se complexificam. O mundo contemporâneo impõe os meios de comunicação como mediadores das relações entre os indivíduos e entre esses e o mundo. Diariamente somos bombardeados por informações por meio de rádio, televisão, internet, jornais, revistas, outdoors e cartazes espalhados pela cidade. A comunicação de massa e a comunicação mediada por computadores ampliam cada vez mais sua participação na construção dos sentidos sociais e por essa via chegam à sala de aula, que é um lugar para onde convergem hoje diferentes discursos além do pedagógico, embora isso nem sempre seja visível ou sistemático. As demandas sociais que emergem dessa interação mais orgânica entre comunicação e educação motivaram a recente formalização do diálogo acadêmico entre as duas áreas.

As bases foram lançadas ao longo do século XX por pensadores como Celéstin Freinet, Mario Kaplún, Paulo Freire e Jesús Martín-Barbero,² mas a formulação propriamente dita tem início na década de 1990, não por acaso quando se intensifica o movimento de

¹ Coordenadora executiva da Bem Tv – Educação e Comunicação.

² Freinet disseminou a idéia do jornal escolar como estímulo à expressão dos estudantes (para ele educação era expressão). Kaplún introduziu o conceito de ecossistema comunicativo e delimitou o campo de ação do “comunicador educativo”. Paulo Freire vinculou a educação à comunicação. Martín-Barbero sistematizou a teoria das mediações e deu grande significado à relação entre comunicação e cultura.



transnacionalização das empresas de comunicação.³ O controle sobre a oferta de conteúdos começa a escapar às legislações nacionais, e o diálogo entre os produtores – de modo geral sediados em países do primeiro mundo – e os públicos – agora espalhados por todas as partes do globo – fica ainda mais difícil. Em contrapartida a essa concentração midiática, no mundo inteiro educadores, comunicadores e organismos internacionais como o UNICEF e a UNESCO preocupam-se em desenhar estratégias para garantir a crianças e adolescentes o acesso a informações que contribuam positivamente para sua formação. Esse movimento internacional cobra dos veículos de comunicação uma atitude mais responsável, e das escolas a revisão de seus métodos, aproximando-os da nova realidade vivenciada pelos estudantes.

Encontramos grandes diferenças na aplicação prática em cada país da proposta de comunicação e educação. Fora do Brasil, de maneira simplista (há muitas exceções), “educação para a mídia” refere-se a qualquer processo de comunicação desenvolvido dentro da escola, enquanto “cultura de mídia” (*media literacy*) está associada aos conhecimentos sobre comunicação construídos por qualquer indivíduo no cotidiano, em processos informais ou não-formais. No Brasil a cultura de mídia foi incorporada pelas organizações sociais ainda na década de 1980, quando a busca da redemocratização demandou dos movimentos sociais alternativas aos veículos de comunicação de massa para veiculação de idéias contrárias aos interesses dominantes.⁴

Em 1996, surgiu na Universidade de São Paulo o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE/USP), coordenado pelo professor Ismar Soares. Desenvolvida por esse núcleo entre 1997

³ Nos Estados Unidos, na Europa, no Canadá e no Japão ocorreu e ainda ocorre uma onda de fusões entre empresas produtoras de conteúdo (editoras, produtoras de TV, etc.) e outras que detêm a tecnologia para disseminá-lo (empresas de telecomunicações, provedores de internet, etc.). Esse fluxo fez emergir empresas “gigantes” no campo. Já nos países subdesenvolvidos as estatais que gerenciavam as comunicações foram privatizadas e vendidas justamente para esses conglomerados do primeiro mundo. Uma fatia cada vez maior das mensagens produzidas e disseminadas em massa no mundo é controlada por um grupo progressivamente mais restrito.

⁴ Em 1981, a Rádio Favela – uma das pioneiras na radiodifusão comunitária – iniciou suas atividades em Belo Horizonte. Em 1984, surgiu a TV Viva em Olinda, Pernambuco, com a proposta de materializar em vídeo as demandas e as ações sociais, culturais e políticas de organizações populares. Os vídeos eram exibidos em espaços públicos em telões em 24 bairros da região metropolitana de Recife. No ano seguinte (1985) surgiu a TV Maxambomba, que realizava na Baixada Fluminense trabalho semelhante ao da TV Viva. Os anos 1980 viram muitas outras iniciativas como essa.



e 1999, uma pesquisa junto a especialistas de 12 países da América Latina e da Península Ibérica resultou na formulação do conceito de “educomunicação”, que contribuiu enormemente para legitimar em nosso país a existência de um campo novo constituído a partir da interface entre comunicação e educação. Denominado – mesmo no Brasil – de diferentes formas (educomunicação, pedagogia da comunicação, cultura de mídia, comunicação e educação, etc.), esse campo tem por objeto os “ecossistemas comunicativos”: espaços sociais de troca de informação, abertos e participativos, em que a livre expressão é possível aos diferentes atores sociais, sob uma intencionalidade educativa.

Nos países da América Latina, essa reflexão mundial ganha uma relevância particular, já que nossas sociedades passaram muito rapidamente do plano discursivo-verbal para os meios audiovisuais. No Brasil, por exemplo, a mídia se nacionalizou antes que pudéssemos massificar a educação formal. Muitos brasileiros aprenderam primeiro a “ler” o discurso da TV e do rádio para depois travar o primeiro contato com a escrita. Por essa especificidade, a compreensão e a utilização dos meios de comunicação pode representar para nós – brasileiros e latino-americanos – uma resposta a dilemas vivenciados pela escola, sobretudo pela escola pública.

INTERSEÇÕES DESDE SEMPRE...

A despeito da recente sistematização acadêmica do campo constituído na interface entre comunicação e educação, as interseções entre as duas áreas sempre existiram, mesmo nos processos históricos de redesenho de cada uma delas. Na educação, vamos tomar como ponto de partida a concepção iluminista, conceitualmente hegemônica até meados do século XX, que pressupõe um professor detentor do conhecimento verdadeiro, incumbido de repassar as informações que “possui” para seus alunos. Nesse sistema, posteriormente classificado por Paulo Freire como “bancário”, o bom educador é o que detém o controle da turma, “garantindo” o perfeito repasse, livre de interferências. Em contrapartida, o bom aluno



é o que permanece em silêncio, ouvindo o professor, copiando o que é dito em seu caderno, numa postura passiva e nada criativa.

Os primeiros modelos propostos para a comunicação também se baseavam em esquemas lineares, verticais, bipolares e unidirecionais. O mais famoso foi o “modelo informacional”, apresentado após a Segunda Guerra Mundial por um físico e um matemático (!) estadunidenses. Eram eles Claude Shannon e Warren Weaver, para quem a comunicação constituía a transmissão de uma “mensagem” de um “emissor” a um “receptor”, através de um “meio”. Qualquer obstáculo à perfeita decodificação da mensagem pelo receptor seria encarado como um “ruído” que deveria ser eliminado. Ora, as pessoas não são máquinas que decodificam códigos. Ao ler um texto atribuímos sentidos às palavras, conforme nossa bagagem pessoal e cultural. No modelo de Shannon e Weaver a bagagem pessoal, o contexto em que nos encontramos, as relações estabelecidas entre emissor e receptor e tudo o mais que influencia a comunicação são ruídos e devem ser “eliminados”.⁵

Esse primeiro “momento” histórico e conceitual dos dois campos remete à mesma lógica de gestão da informação e do conhecimento, baseada na crença de que existe uma verdade única e absoluta, da qual o emissor-professor é o proprietário. É possível constatar as semelhanças a partir do esquema 1, em que tentamos estabelecer as equivalências entre os elementos do modelo bancário de educação e o modelo informacional de comunicação.

⁵ Quando Shannon e Weaver apresentaram o “modelo informacional”, referiam-se a formas de garantir a boa transmissão de mensagens por telégrafo, apresentando caminhos matemáticos para isso. Sua proposta, no entanto, foi rapidamente assimilada pelas emergentes teorias do campo da comunicação, que na época lutava por seu reconhecimento como “ciência”. Como vigorava o espírito positivista que privilegiava as ciências exatas, estabelecendo equivalências entre essas ciências e os processos sociais, o modelo informacional cumpriu um papel importante para a legitimação do campo da comunicação.



PROFESSOR

ALUNO

conteúdo



EMISSOR

mensagem

RECEPTOR



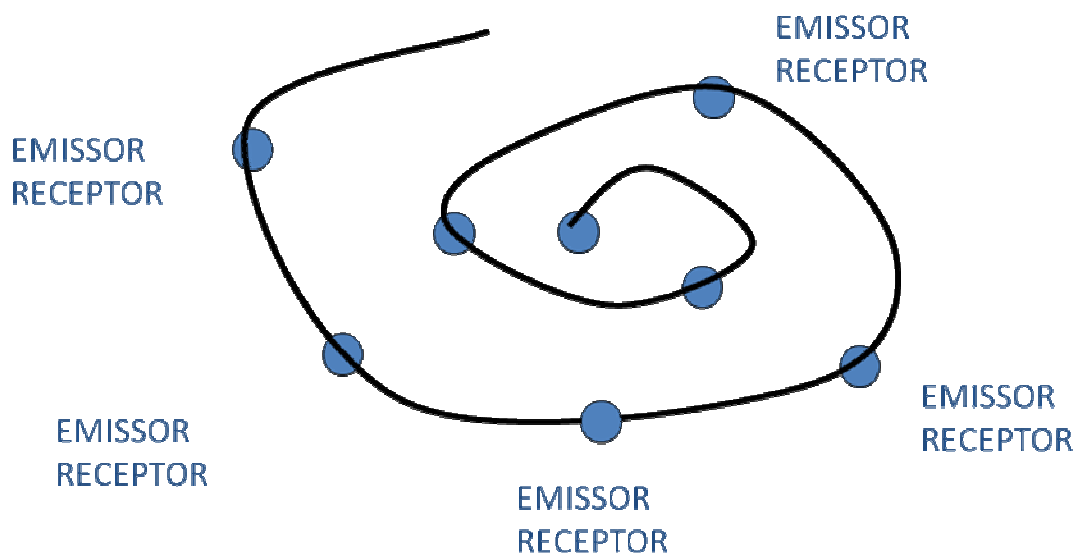
RUÍDO

Na década de 1960, Paulo Freire publicou sua *Pedagogia do oprimido*, contrapondo ao modelo bancário de educação a proposta do ensino dialógico, em que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Freire equipara os pólos da relação educativa e introduz a perspectiva da sala de aula como um espaço de troca, onde diferentes saberes interagem para construir o conhecimento. Essa forma de pensar disseminou-se amplamente como discurso. O sistema unidirecional e hierarquizado de educação é superado por uma proposta que extrai do cotidiano do educando os conteúdos a ser trabalhados e que busca prioritariamente a construção da autonomia.

Coube também a Paulo Freire a primeira contraposição ao modelo informacional de comunicação no Brasil. Afirmando a relação intrínseca entre os dois campos (“Educar é comunicar”), ele iluminou o caráter também dialógico dos processos comunicativos. Um novo modelo nessa área, no entanto, amadureceu a partir dos anos 1970, quando emergiu entre nós o conceito de “polifonia” de Mikhail Bakhtin. Para esse filósofo russo, em cada fala, enunciado ou texto exprime-se uma multiplicidade de vozes, a maioria delas sem que o locutor tenha consciência. De maneira simplificada, na prática isso significa que, ao escrever este texto, na verdade veiculamos todas as idéias sobre o tema com as quais já tivemos contato e das quais nos apropriamos. Do outro lado, quem lê o texto não o recebe sob a mesma ótica de quem o escreveu. Ao ser lido, o texto é “reescrito” pelo leitor e se transforma em outro.



Para ilustrar a proximidade dos caminhos teóricos trilhados pela educação e pela comunicação, tomaremos emprestado o modelo polifônico de comunicação proposto pela professora Inesita Araújo do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT) da Fundação Oswaldo Cruz. Observamos a representação de uma comunicação em rede, multidirecional, em que todos são emissores e receptores (no campo da comunicação) ou educandos e educadores (no campo da educação). Todos se influenciam mutuamente. Há, no entanto, lugares mais ou menos privilegiados para a produção e a disseminação de conteúdos. Falando de comunicação de massa no Brasil, por exemplo, as Organizações Globo estariam no centro da espiral. Na sala de aula o professor ocupa essa posição.





Isso não impede que os estudantes produzam e veiculem informações – em conversas paralelas ou no diálogo com o próprio professor. Do mesmo modo, rádios comunitárias, movimentos sociais e os espectadores individuais das emissoras de TV estão o tempo todo produzindo e disseminando idéias não necessariamente coincidentes com aquelas veiculadas a partir da posição central.⁶

Comparando os dois esquemas, concluímos que tanto educação como comunicação migraram de sistemas autoritários e unidirecionais para propostas polifônicas e dialógicas. Isso não é coincidência. Os dois campos buscam dar conta da gestão do saber humano. As diferenças estavam até então nos métodos, que dentro do campo da comunicação e educação passam a convergir. O desafio maior é transpor para a prática essa formulação teórica, permitindo que as duas áreas efetivamente colaborem entre si. A educação pode ter papel decisivo na apropriação social criativa das tecnologias de informação e comunicação, que, se continuarmos passivos, estarão unicamente submetidas aos interesses de mercado. Por outro lado, os processos comunicativos – tão presentes na vida dos estudantes, sejam eles crianças, jovens ou adultos – respondem com muita precisão à demanda contemporânea de reinvenção dos espaços de educação formal.

⁶ Abusando da tecnologia que permite captar imagens sem maiores técnicas, editá-las em computadores domésticos, queimá-las em milhares de CDs em curto espaço de tempo e distribuí-las nas barracas de milhares de camelôs, 1.200 filmes foram produzidos em 2004 na Nigéria, segundo números divulgados pelo Atlas da revista *Cahiers du Cinéma*. Batizada de Nollywood, a “indústria” cinematográfica nigeriana deixou para trás a Bollywood indiana (934 filmes em 2004) e a Hollywood norte-americana (611). Vendidos por no máximo US\$ 3, as produções atingem a marca de até meio milhão de unidades comercializadas, enquanto seu custo gira em torno de US\$ 15 e 25 mil. Sem estúdios, apoio governamental, sistema regulador, nem estruturas corporativas, o cinema nigeriano se tornou um dos maiores empregadores e a segunda maior “indústria” da Nigéria – movimenta US\$ 200 milhões, atrás apenas da exploração do petróleo.